DOUGLAS JOSÉ DA SILVA

ÉTICA, INTEGRIDADE E EFETIVIDADE NA ATIVIDADE JURISDICIONAL

**A COGNIÇÃO PROBATÓRIA PELO TRIBUNAL DO JÚRI: UMA PROPOSTA
VOLTADA A CONCRETIZAR A CONDIÇÃO DE SUJEITO EPISTÊMICO DO
JURADO.**

Brasília/DF

2021

1. Metodologia

A realização desta pesquisa tem o objetivo de compreender melhor as causas que fazem com que a quase maioria dos jurados não participem ativamente durante o julgamento no plenário do júri, fazendo perguntas ou pedindo esclarecimento, por meio do juiz presidente, como facultado nos artigos 473, § 2º, 474, § 2º e 480 do CPP.

Pela mesma razão, busca-se compreender os efeitos que podem ser causados na solução do caso concreto, advindos dessa atuação mais passiva.

Essa constatação foi inicialmente observada pela experiência prático atuando como juiz presidente no Tribunal do júri nos estados do Ceará e Pernambuco em diversas comarcas, bem como fazendo-se pesquisa informal com diversos outros juízes que também afirmaram ter a mesma percepção.

Somado a isso, buscou-se na literatura outros trabalhos que se propusessem ao mesmo objetivo ou um semelhante. Inicialmente não se encontrou nenhum trabalho semelhante sobre o Tribunal do Júri com a realização de pesquisa empírica com o objetivo de melhor conhecer o comportamento dos jurados, em especial, sua forma de participação durante os debates.

Os trabalhos encontrados que tratavam do Tribunal do Júri eram voltados normalmente para falar sobre o procedimento em si¹, suas incongruências, defeitos² e para apontar os pontos positivos, trazendo, alguns, os argumentos contrários e a favor dessa espécie de julgamento³.

Contudo, aprofundando mais as pesquisas acabamos encontrando um trabalho⁴ que irá somar muito com o que se está sendo proposto, uma vez que fora feita uma pesquisa empírica com os jurados para melhor conhecê-los, sendo uma das perguntas respondidas pelos jurados: *“O jurado fica com dúvidas durante o julgamento e não as esclarece por motivos íntimos (vergonha, timidez, insegurança, não se sentir à*

¹ BROCHADO NETO, Djalma Alvarez. Representatividade no Tribunal do Júri brasileiro: Críticas à seleção dos jurados e propostas à luz do modelo americano. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/23804>

² ARAÚJO, Sebastião Simões. ANÁLISE CRÍTICA DO TRIBUNAL DO JÚRI EM FACE DA SOBERANIA, DA PUBLICIDADE E ORALIDADE. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=126386

³ MUNIZ, Alexandre Carrinho. TRIBUNAL DO JÚRI COMO PILAR DA DEMOCRACIA E DA CIDADANIA. 2ª ed. São Paulo: Lumen Juris, 2021.

⁴ TORTATO, CARLA JULIANA. CRÍTICA À EPISTEMOLOGIA DA COGNIÇÃO DO JURADO EM PLENÁRIO DO JÚRI. Disponível em: <https://www.uninter.com/mestrado/wp-content/uploads/2021/01/CARLA-TORTATO.pdf>

vontade)??”.

A resposta a esta pergunta pelos jurados foi: sim, para 69% dos integrantes do júri da região metropolitana de Curitiba e de 62% dos jurados de Curitiba.

Como se verifica essa pesquisa ratifica a nossa pergunta-problema levantada no início dos trabalhos⁵ e detectada até então apenas pela experiência prática que nos levou a iniciar a investigação.

Outra pergunta feita aos jurados na referida pesquisa empírica foi se: “*Pensa o jurado que ao julgar conhece o processo (no todo, não somente o que lhe foi apresentado em plenário) o suficiente para fazê-lo como jurou e de acordo com sua consciência e os ditames da justiça?*”. A maioria dos jurados (55%, tanto na capital quanto da região metropolitana de Curitiba) responderam que não, isto é, afirmaram não se sentirem suficientemente esclarecidos para julgar os fatos a eles apresentados.

Contudo, o trabalho aqui proposto vai bem além de todos os citados anteriormente, não no sentido de ser melhor, mas de aprofundar a investigação sobre os julgamentos pelos Tribunal Popular. Isto é, embora esses trabalhos complementem o nosso, não solucionam o problema, nem confirmam ou rejeitam as hipóteses levantadas. Ou seja, já se sabe que o jurado fica com dúvida e não as esclarece, bem como ao final do julgamento não se sentem totalmente aptos a proferir um julgamento legítimo.

Assim, com base na afirmação de que ao final da sessão plenária do júri os jurados em sua maioria não se sentem esclarecidos, bem como que normalmente ficam com dúvida, busca-se aqui com essa pesquisa, especificamente, encontrar novas ferramentas para assegurar a efetiva participação dos jurados durante os julgamentos dos crimes de sua competência, bem como dar maior efetividade às garantias do Tribunal Popular, em especial, a do sigilo das votações, o que repercutirá positivamente na sociedade e no Poder Judiciário, com a realização de julgamentos com mais legitimidade epistemológica.

Para isso, será utilizado o método de pesquisa explicativa, na tentativa de conectar as ideias e fatores identificados para compreender melhor as causas e efeitos desse fenômeno. Também se fará uso da pesquisa quantitativa e qualitativa, visando explorar o problema, de modo a fornecer informações para uma investigação mais precisa.

⁵ Indaga-se: com a participação mais passiva dos integrantes do Tribunal Popular temos um jurado esclarecido? Como fazer com que os jurados tenham participação mais efetiva durante as sessões de julgamento do júri, formulando perguntas ao acusado, ao ofendido, às testemunhas e ao orador (acusação ou defesa), durante os debates orais?

Será feita a coleta de dados qualitativos e quantitativos, com pesquisa de campo tendo como entrevistados cidadãos que compõem e/ou que já compuseram o Tribunal do Júri e foram selecionados para integrar o conselho de sentença, nas Comarcas de Belo Jardim e Sanharó, municípios de Pernambuco.

Pretende-se entrevistar jurados que compuseram os últimos dois Tribunais do Júri de Belo Jardim (2018 e 2019), pelo menos 40 jurados. Já em Sanharó a meta é entrevistar os jurados que participaram dos julgamentos do corrente ano e do primeiro semestre de 2021, ou seja, aproximadamente 30 jurados.

A meta inicial era entrevistar jurados de várias outras comarcas, entretanto desde o início do curso enfrentamos uma pandemia em que se suspendeu boa parte das sessões de julgamentos, bem como se dificultou um pouco mais o acesso aos jurados e aos profissionais de direito que atuam no tribunal do júri.

Tentaremos também aplicar um questionário com respostas objetivas a jurados de outras comarcas do país para qualitativamente compactar os dados com os dos juízes leigos entrevistados nas comarcas citadas.

Também será feita pesquisa com juízes de direito, membros do ministério público, advogados e defensores públicos que têm ou tiveram atuação no Tribunal do Júri de modo a melhor compreender o fenômeno estudado.

No início pretendia-se entrevistar apenas os juízes togados que presidiram os julgamentos no Tribunal Popular, entretanto, entendi por bem incluir os outros profissionais com atuação nesse contexto, ou seja, os membros do ministério público e os advogados públicos e privados.

A pesquisa no caso desses profissionais será feita através de formulário com perguntas objetivas sobre sua atuação e percepção sobre a participação dos jurados e a forma com que se dá a cognição desses durante os julgamentos.

Fará também parte da metodologia de trabalho a modificação do procedimento de comunicação atual existente entre os jurados e o juiz presidente, com o intuito de contatar a percepção dos jurados acerca dos dois procedimentos o que servirá para testar uma de nossas hipóteses. Explico.

Acredita-se que a atuação muito passiva dos jurados, durante o momento que lhes é oportunizado para a cognição deve-se a atual forma de comunicação que há entre eles e seu interlocutor (juiz presidente).

Atualmente, o corpo de jurados pode se comunicar com o juiz presidente de forma oral ou escrita, assim, quando o jurado, por exemplo, solicita esclarecimentos aos debatedores (acusação e defesa) por intermédio do juiz, na forma dos artigos 473, § 2º, 474, § 2º e 480 do CPP, em muitos casos, a depender da forma como questiona, acaba indicando qual o possível voto será proferido em favor ou contra o acusado, violando a cláusula pétrea do sigilo das votações.

Acredita-se haver também inibição da maioria dos jurados em formular perguntas oralmente, a ser transmitida pelo juiz presidente, além do temor em fazê-las na frente do réu ou de familiares deste ou da vítima, conforme verificado na pesquisa empírica de Carla Tortato⁶.

Ciente dessas informações repetiremos a experiência prática ocorrida no Tribunal do Júri de Belo Jardim/PE, onde se modificou o procedimento de comunicação tradicional entre jurados e juiz presidente e se observou uma mudança no comportamento dos jurados, entretanto, faremos ao final a pesquisa entre os jurados que participarão das duas formas do procedimento para colher suas impressões, o que não havia sido feito na época.

E que mudança foi essa? Vejamos.

Para evitar a exposição do jurado, que muitas vezes, acredito, fica com receio de perguntar por temer alguma represália, foi entregue a cada um deles folhas de papel e caneta, esclarecendo que ao surgir alguma dúvida bastava escrever, levantar a mão que o oficial de justiça iria pegar para entregar ao magistrado.

Logo de início, percebeu-se o aumento do número de perguntas durante os julgamentos quando comparado aos anteriores, entretanto, percebia-se ainda que as indagações eram ou não formuladas a depender do réu (se aparentemente mais ou menos perigoso) ou da presença da família da vítima ou réu em plenário. Ou seja, quando se tratava de réu aparentemente mais perigoso, nenhum esclarecimento era solicitado durante os debates que fosse desfavorável ao acusado. O contrário também ocorria, quando o plenário estava cheio de familiares da vítima, clamando por justiça, os jurados dificilmente esclareciam suas dúvidas em relação a ponto que fosse favorável ao réu. Até pareciam que já chegavam decididos a condenar para dar uma satisfação para a família da vítima. Assim, perguntar para quê?

Nesse passo, embora tenha aumentado a participação mais ativa dos jurados durante os julgamentos, com um número maior de perguntas, essa participação ainda se

⁶ TORTATO, CARLA JULIANA. CRÍTICA À EPISTEMOLOGIA DA COGNIÇÃO DO JURADO EM PLENÁRIO DO JÚRI. Disponível em: <https://www.uninter.com/mestrado/wp-content/uploads/2021/01/CARLA-TORTATO.pdf>

considerava tímida. Desse modo, buscou-se estabelecer uma nova forma de comunicação entre o juiz presidente e os jurados, procurando manter o sigilo daquele juiz leigo que formulasse a pergunta ou pedisse esclarecimento ao orador, uma vez que se constatou que não se travava de ausência de dúvida, mas sim de temor e constrangimento do jurado ao ser identificado perante todos os presentes no momento da indagação.

Dessa forma, passou-se a proceder nos julgamentos de outra forma. Todos os jurados continuaram a receber caneta e folhas de papel, entretanto, não mais escreviam suas perguntas e entregavam ao oficial de justiça, pois todos tinham conhecimento de quem era a dúvida.

Ficou estabelecido que a cada trinta minutos, depois de iniciada a fala do orador (acusação ou defesa) ou ao final da inquirição de cada testemunha, todos os jurados deveriam entregar uma folha de papel ao oficial de justiça em branco ou com suas perguntas, de modo a preservar o sigilo daquele que pediu algum esclarecimento, não sendo nem mesmo do conhecimento do juiz presidente. Isso também contribuiu para preservar e reforçar o sigilo das votações, uma vez que, a depender da pergunta do jurado, antes poderia se inferir eventualmente o sentido do seu voto.

O resultado foi surpreendente. Após essa inovação, as dúvidas a serem esclarecidas durante o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, encaminhadas pelos jurados, que não passavam de cinco por julgamento, aumentaram significativamente para uma média de 20 a 30 (um aumento de aproximadamente 500%), inclusive fazendo com que os oradores passassem a ocupar uma média de 30 minutos da sua fala somente para esclarecimento de perguntas do corpo de jurados. Com isso, obrigou-se, muitas vezes, pela exiguidade de tempo, os debatedores a irem para a réplica e tréplica.

Posteriormente, os jurados passaram a ser elogiados pelo ministério público e pelas defesas por essa participação mais efetiva. E certa vez, uma juíza, ao participar de mutirão na cidade, indagou por que os jurados de Belo Jardim gostavam de perguntar tanto, por ser algo não comum em outras comarcas.

Por tais razões, percebi a necessidade e a importância de um maior aprofundamento do estudo sobre o tema que, por isso apresentei o projeto na seleção do mestrado para contribuir na melhoria e eficiência do Judiciário Nacional em relação a um dos julgamentos mais importantes, qual seja, aquele realizado pelo Tribunal do Júri, buscando identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos jurados durante os julgamentos, especialmente as relacionadas à comunicação, altamente determinante para a formação do seu convencimento.

Assim, iremos coletar dados dos jurados que participaram das duas formas de

procedimentos, fazendo-se a análise das respostas ao final. Também se verificará entre os jurados o quanto seria importante ou não se a forma de comunicação entre eles e o juiz interlocutor fosse instantânea com a utilização de dispositivos digitais (computador, celular ou tablet), se possível, simulando essa utilização na prática em algumas sessões de julgamento.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Mauro Fonseca. Sistemas processuais penais e seus princípios reitores, 2. ed. Paraná: Juruá, 2013.

ARAÚJO, Sebastião Simões. ANÁLISE CRÍTICA DO TRIBUNAL DO JÚRI EM FACE DA SOBERANIA, DA PUBLICIDADE E ORALIDADE. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_o bra=126386

BRUNO, Aníbal. Crimes contra a pessoa. 3. ed. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1975.

AMAYA, Amalia. Virtudes y razonamiento probatorio. Diálogos jurídicos: Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad de Oviedo, ISSN 2445-2688, N.º. 2, 2017, págs. 19-36.

BONFIM, Edílson M. “O selecionamento dos jurados, a questão da ‘notória idoneidade’ e a boa formação do conselho de sentença no tribunal do júri”. In: Revista dos Tribunais, São Paulo, n. 693, pp. 309-316, julho de 1993.

BROCHADO NETO, Djalma Alvarez. Representatividade no Tribunal do Júri brasileiro: Críticas à seleção dos jurados e propostas à luz do modelo americano. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/23804>

FACHINETTO, Rochele F. Quando eles as matam, quando elas os matam: uma análise dos julgamentos de homicídio pelo Tribunal do Júri. Porto Alegre, 2012a. Tese (Doutorado), UFRGS.

FAGUNDES, Valda de O. O discurso no júri. Aspectos linguísticos e retóricos. São Paulo: Cortez, 1987.

FISCHER, Douglas; BALTAZAR JÚNIOR, José Paulo; RIBEIRO, Marcelo; COSTA SILVA, Davi André; SBARDELOTTO, Fábio Roque; EBERHARDT, Marcos. Reformas do processo penal. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008.

FIGUEIRA, Luiz Eduardo de V. O ritual judiciário do Tribunal do Júri: o caso do ônibus 174. Rio de Janeiro, 2007. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia, UFF.

FIORI, Ana Letícia de. “Impressões etnográficas do Tribunal do Júri do assassinato de Aline Silveira Soares: o caso da morte do RPG”. In: Ponto.Urbe, vol. 5, p. etnotícia, 2009.

HERDY, R.; MATIDA, J.; NARDELLI, Marcella Alves Mascarenhas. A prova penal precisa passar por uma filtragem epistêmica. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 1, p. 1, 2020.

LIMA, Carlos de A. Os grandes processos do júri, 2 vols. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1996.

LORÊA, Roberto A. Os jurados “leigos”: uma antropologia do Tribunal do Júri. Porto Alegre, 2003. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Social, UFRGS.

MOREIRA-LEITE, Ângela M. F. Tribunal do Júri: o julgamento da morte no mundo dos vivos. Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, IFCS-UFRJ.

MUNIZ, Alexandre Carrinho. TRIBUNAL DO JÚRI COMO PILAR DA DEMOCRACIA E DA CIDADANIA. 2ª ed. São Paulo: Lumen Juris, 2021.

NARDELLI, Marcella Alves Mascarenhas. A Prova no Tribunal do Júri: Uma abordagem racionalista. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. v. 1. 588p.

_____, Juízo por jurados e o direito a uma cognição adequada. Trincheira Democrática, 2020.

_____, É preciso levar os jurados brasileiros a sério. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 1, p. 1, 2020.

_____, Os Veredictos Imotivados do Tribunal do Júri frente à Garantia da Motivação das Decisões Judiciais e às exigências do Processo Justo. In: DOMINGUES, Paulo de Tarso; ROVAI, Armando Luiz; VEIGA, Fábio da Silva. (Org.). O Direito Lusófono. 1ed.Porto: Iberojur, 2017, v. , p. 524-540.

PACELLI, Antônio. Comentários ao Código de Processo Penal e sua jurisprudência. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

PASTORE, Ana Lúcia. Jogo, ritual e teatro: um estudo antropológico do Tribunal do Júri. São Paulo, 2012.

TÁVORA, Nestor; ANTONNI, Rosmar. Curso de Direito Processual Penal. 14. ed. Salvador: JusPodivm, 2019.

TORTATO, CARLA JULIANA. CRÍTICA À EPISTEMOLOGIA DA COGNIÇÃO DO JURADO EM PLENÁRIO DO JÚRI. Disponível em: <https://www.uninter.com/mestrado/wp-content/uploads/2021/01/CARLA-TORTATO.pdf>